



fundação podemos  
política para todos

# *Entrevista* **COM LEANDRO DA SILVA SELARI**



**Fundação Podemos: A política externa brasileira tem sido alvo de severas críticas por parte não somente de especialistas na área, mas também dos anteriores chefes do Itamaraty, como, por exemplo, Celso Lafer e Celso Amorim. O diplomata Rubens Ricupero também tem sido voz dura e crítica ao trabalho de Ernesto Araújo. Nesse sentido, o senhor concorda com essas críticas à diplomacia e política externa que tem prevalecido no atual governo? Por quais motivos?**

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer o convite para tomar parte neste ilustre debate. Parabenizo a iniciativa de promovê-lo e cumprimento a todos os que se apresentam na esfera pública, a fim de dialogar sobre temas tão relevantes, urgentes e indeclináveis para as relações internacionais e para a democracia brasileira.

Compartilhamos, em grande parte, das preocupações expressas conjuntamente por estas e outras autoridades, como o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, no artigo “A reconstrução da política externa brasileira”, publicado no dia 8 em maio de 2020, no Estadão e em outros jornais de grande circulação no Brasil.

Destacamos o amplo espectro político reunido neste manifesto de coalizão, que se posiciona principalmente contra os rumos que a diplomacia e a política

externa do Brasil estão tomando, no que se refere ao cumprimento dos princípios impetrados na Constituição Federal e que devem reger as relações internacionais da República.

Concordamos que o alinhamento não crítico, unilateral e subserviente a qualquer governante estrangeiro, nação ou interesse externo, fere o princípio constitucional da independência nacional e subjugação, sobretudo, a nossa soberania. O Brasil não pode tomar decisões a reboque de agentes políticos exógenos, que não possuem um compromisso primaz com o povo brasileiro, nem com o desenvolvimento social e econômico desta nação e região sul-americana.

Além disso, o Itamaraty tem experimentado uma sucessão de constrangimentos e incidentes internacionais, provocados, em grande parte, pela postura beligerante, não só do presidente, mas também de parte do alto escalão do seu governo. O “soft power” tradicionalmente pragmático, racional e parcimonioso, vem se esgotando em meio à troca de farpas nas redes sociais e ofensas a autoridades, nações e organismos internacionais.

A imagem do Brasil se deteriora na mesma velocidade em que fica demonstrada internacionalmente, a inabilidade do governo para tratar de questões ambientais, sanitárias e de direitos humanos. Como se não fossem suficientemente graves, as crises no Brasil são potencializadas pela falta de

tato para lidar com as críticas internas e externas, recebidas nestas e em outras ocasiões.

Posturas semelhantes também têm sido adotadas com relação a alguns dos nossos vizinhos sul-americanos, não levando em conta que, a integração com os países da América do Sul e da América Latina, também é um princípio fundamental da Constituição da República Federativa do Brasil, esta não deve estar à mercê de alinhamentos ideológicos entre governos ditos de direita ou até mesmo de esquerda.

**Fundação Podemos: Há uma certa percepção de que o Mercosul tem ficado em segundo plano nos interesses do Brasil. Como o senhor analisa atualmente o papel do Brasil em relação ao bloco econômico? O senhor entende ser necessário fortalecer o bloco econômico ou seria melhor destinar esforços bilaterais nas relações do Brasil com seus vizinhos?**

Atualmente o Brasil tem exercido um papel, muito mais na direção de forçar a abertura do Mercosul ao mundo, do que o de articulador da integração ou de relações bilaterais com seus vizinhos. O próprio ministro da economia expressou, antes mesmo de tomar posse, que o bloco regional não seria prioridade para o novo governo. Este chegou a elevar o tom de seu discurso durante o último pleito eleitoral argentino. Na ocasião,

ele afirmou que o Brasil deixaria o bloco econômico, caso o então candidato à presidência daquela república, Alberto Fernandes, se eleito, freasse o processo de abertura do Mercosul.

Compreendemos que a abertura do Mercosul, pode favorecê-lo internacionalmente, na medida em que ele avance como bloco econômico, por meio de acordos globais, como o da integração comercial com a União Europeia. Contudo, acreditamos que, mesmo a abertura do Mercosul, deve ser um processo onde os debates e os consensos regionais estejam presentes.

Devemos destacar que o Mercosul tem se mostrado capaz de sobreviver às metamorfoses e aos rearranjos ideológicos nos governos locais, pois é, sobretudo, um bloco econômico dinâmico e sólido. Este nasce como um experimento de superação do velho regionalismo ou do regionalismo fechado, e tenta conciliar a perspectiva de integração econômica e desenvolvimento regional, com o novo conceito liberal de regionalismo aberto, apresentado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) no início da década de 1990.

O regionalismo aberto, neoliberal e alinhado ao chamado “Consenso de Washington”, foi suprimido ideologicamente no interior Mercosul, durante a ocorrência simultânea de governos progressistas na maioria de seus países-membros. Principalmente a partir da assinatura do “Consenso de

Buenos Aires”, pelos presidentes do Brasil e da Argentina, Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner em 2003. Este novo consenso, em certa medida, antagônico ao anterior, defendia a prática do chamado regionalismo pós-liberal ou pós-hegemônico para o Mercosul, ligado fundamentalmente ao aprofundamento da integração e ao desenvolvimento regional, principalmente em questões sociais, políticas e culturais.

Contudo, essa perspectiva entrou em franca desarticulação, logo após o desmonte da conjuntura progressista no interior do bloco, principalmente com a ascensão de Mauricio Macri em 2015 à presidência da Argentina e de Michel Temer a presidência do Brasil, após o processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Vale ressaltar que durante o governo Temer, tanto o chanceler Aloysio Nunes Ferreira (que também assinou o artigo citado no início desta entrevista), defendeu o fortalecimento das relações comerciais no Mercosul, mediante a construção de um novo consenso, que colocaria novamente o Mercosul sob um modelo predominantemente econômico e liberalizante, similar ao do regionalismo aberto praticado na década de 1990.

Dito isto, não temos dúvidas em afirmar que o Mercosul não deve e não pode ficar em segundo plano nos interesses do Brasil. O papel do Brasil neste bloco sempre foi o de liderança, uma liderança capaz de construir consensos, em

diferentes arranjos políticos ideológicos sul-americanos, tanto em relação aos seus interesses regionais, quanto para com as suas pretensões globais.

De uma forma ou de outra, o Brasil se encontra visceralmente ligado ao Mercosul, principalmente no setor industrial automobilístico, de eletrônicos e tecnologias. Uma ruptura ou desarranjo no bloco traria consequências gravíssimas, não só para a região, mas também para a economia brasileira, provocando a desindustrialização e uma dependência ainda maior de suas commodities.

**Fundação Podemos: Como o senhor enxerga a relação atual entre o governo brasileiro e o governo argentino. Há um certo embate ideológico entre ambos ou isso seria muito mais por parte do Brasil do que da Argentina?**

O embate ideológico está posto entre ambos. Em grande parte, pelo choque entre a ascensão do modelo ultraliberal conservador no Brasil e a reascensão do peronismo progressista na Argentina. Devemos lembrar que, ainda no início da campanha eleitoral argentina, o presidente brasileiro teceu duras críticas à chapa, Alberto Fernandez e Cristina Kirchner.

Contudo, essa divergência tem raízes na história recente dos dois países, principalmente na aproximação político

identitária entre o Brasil e a Argentina, por meio do alinhamento ideológico entre os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Néstor Kirchner.

Quando em julho de 2019, durante sua campanha eleitoral, Alberto Fernandez visita Lula na prisão em Curitiba, ele mobiliza não só o capital político peronista de Néstor Kirchner na Argentina, mas também a memória daquele alinhamento ideológico com o Brasil. Porém, como consequência, carrega em sua bagagem de retorno, todo o rechaço do movimento anti-Lula, cujo maior beneficiário político eleitoral é o presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro.

A partir de aí, ocorre uma série de declarações e gestos de rejeição e apoio, por parte de figuras políticas brasileiras, dentro e fora do governo, aos principais candidatos do pleito argentino. Estes, por sua vez, correspondem politicamente, anexando o respectivo capital político às suas campanhas eleitorais, verbalizando estes apoios e antagonismos em seus próprios comícios. Isto causou mais reação política no Brasil, ao ponto de o governo brasileiro lamentar o resultado das eleições na Argentina e não cumprimentar o novo governante eleito naquele país, quebrando assim, uma longa tradição diplomática.

Desde então, o que existe é uma absoluta ausência de diálogo e uma constante troca de farpas entre os mandatários dos governos argentino e brasileiro. Algo lamentável e inédito na história recente das democracias sul-americanas.

**Fundação Podemos: A proposta da UNASUL parece ter fracassado. Como o senhor enxerga hoje, no contexto sul-americano, a construção de uma suposta “cidadania sul-americana”? Isso seria ainda possível no cenário atual ou apenas uma utopia?**

A UNASUL entra em xeque a partir do desmonte de uma conjuntura política, ideológica e governamental, majoritariamente progressista na América do Sul. A desarticulação da UNASUL se concretizou, a partir do anúncio da decisão do presidente colombiano Ivan Duque, em meados de 2018, de romper com o tratado constitutivo da UNASUL e de retirar a Colômbia desta instituição até o começo do ano de 2019, isto por discordar dos posicionamentos desta instituição, principalmente com relação às ações do governo de Nicolás Maduro na Venezuela. A decisão, logo foi seguida pelos governos do Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Peru, Paraguai e Argentina.

A proposta de cidadania da UNASUL, denominada cidadania sul-americana pela própria configuração geopolítica desta instituição, possuía uma larga abrangência social, política e cultural. Segundo esta instituição, seu alcance seria não apenas complementar e aglutinador, mas sobretudo superior ao da cidadania no interior de uma Comunidade ou de um Mercado Comum. Para além da integração econômica e comunitária, esta proposta de cidadania, buscava a integração por meio da harmonização jurídico institucional,

para o reconhecimento progressivo de direitos, deveres e obrigações a cidadãos da UNASUL, residentes em qualquer Estado Membro. Em sua base conceitual, este projeto levava em conta princípios como o da história compartilhada, e o da solidariedade entre os povos sul-americanos, valorizando a diversidade étnica, linguística e cultural sul-americana, em favor da construção de uma identidade e de um futuro comum para a América do Sul.

Por outro lado, os processos de integração tanto da Comunidade Andina de Nações, quanto do MERCOSUL, possuíam, inicialmente, visões mais econômicas e ligadas às possibilidades de trabalho e residência dos cidadãos comunitários. Este é o caso do Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile, produzido em Brasília, em dezembro de 2002.

Contudo, podemos dizer que a proposta do “Estatuto da Cidadania do MERCOSUL”, apresentada na XXXVIII Reunião do Foro Especializado Migratório, realizada em Brasília, em novembro de 2010, superou o viés econômico e se consolidou mediante a solidez institucional deste bloco. A própria UNASUL reconheceu o avanço do MERCOSUL nos assuntos de cidadania comum, no “Informe Conceitual sobre Cidadania Sul-americana” produzido em Guayaquil em dezembro de 2014, principalmente pela “concessão igualitária e a generalização gradual de direitos aos cidadãos do MERCOSUL”.

O “Estatuto da Cidadania do MERCOSUL” também prevê a implementação de uma política de natureza progressiva, de longo alcance, em favor da “livre circulação de pessoas na região”. A sua abrangência é ampla, principalmente ao propor a promoção da “igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL”, além da “igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação”.

Desde então, o MERCOSUL vem trabalhando para avançar em áreas como a integração dos sistemas de trânsito, telefonia e defesa do consumidor. Na padronização e equivalência de títulos acadêmicos e na harmonização dos sistemas de contagem de tempo de trabalho para fins de Previdência Social. Também se busca ampliar a participação política e popular junto ao parlamento do MERCOSUL, bem como uma integração jurídica, mediante incorporação do conceito de “Cidadão do MERCOSUL” no ordenamento jurídico dos Estados Parte, considerando todos os desdobramentos que decorreriam deste novo “status”.

O “Estatuto da Cidadania do MERCOSUL” e o plano de ação para sua implementação até 2021, tirou definitivamente do campo da utopia, a perspectiva de uma cidadania comum na América do Sul. Esta não se denomina sul-americana, também devido à composição e limites geopolíticos da própria instituição, mas ao nosso ver, é o processo sul-americano mais avançado nesse sentido.

**Fundação Podemos: Muitos autores têm comentado que o mundo na era Trump deu uma forte guinada para o protecionismo comercial. Os EUA tornaram-se menos multilateralistas e enfraqueceram, por exemplo, a própria OMC. Diante desse quadro, como o senhor compreende os fenômenos integrativos que envolvem o contexto latino-americano? Há espaço para fortalecimento? Seria vantajoso neles investir? Ou estamos vivendo um período de desconstrução dos fenômenos de integração, como, por exemplo, do Mercosul, da Comunidade Andina de Nações, do Caricom, etc.?**

O fortalecimento dos processos integrativos nunca foi tão necessário e urgente. A desconstrução da integração latino-americana, dos seus blocos econômicos, comunidades e uniões regionais, aliada ao enfraquecimento de organizações globais de regulação e arbítrio, como é o caso da OMC, servem diretamente aos interesses das grandes potências econômicas globais.

Como dissemos anteriormente, não podemos importar e aplicar cegamente, modelos e conceitos econômicos exógenos, estranhos e alheios às nossas especificidades. A assimilação simples destes comportamentos, bem como o alinhamento não crítico aos seus movimentos econômicos, coloca os países da América Latina em uma posição de extrema vulnerabilidade.

O protecionismo comercial, solitário e seletivo, bem como a bilateralidade, conveniente e oportunista, são privilégios que a maioria dos países latino-americanos não possuem. Quando negociam individualmente, as economias e os setores mais frágeis, quase sempre, são obrigados a liberalizar áreas que deveriam proteger, ao mesmo tempo, em que enfrentam uma série de barreiras, protocolos, requisitos, suspeições e impedimentos, em áreas onde são altamente competitivos.

Mesmo negociando coletivamente, quando enfraquecidas, instituições como o MERCOSUL, perdem a capacidade de representar o conjunto dos interesses dos setores estratégicos em cada Estado Membro e expõem as economias regionais a situações, no mínimo, delicadas.

O exemplo mais recente dessa debilidade e decorrente desproporcionalidade representativa, é o que envolveu a assinatura do Tratado de Livre Comércio entre MERCOSUL e União Europeia. Enquanto o MERCOSUL sofria uma pressão interna, principalmente por parte do Brasil, para se liberalizar e acelerar o processo de assinatura do tratado, assumindo de maneira resiliente os riscos para a indústria nacional, do outro lado, o tratado encontrou uma forte resistência do setor agrícola europeu que reagiu prontamente à implementação do mesmo, junto a União Europeia e aos parlamentos nacionais, a fim de se proteger de uma concorrência, que considera desproporcional, com o setor agrícola brasileiro.

## **Fundação Podemos: Qual o papel da ALADI hoje? Ela ainda tem sentido em existir? Qual sua relevância para o Brasil?**

O papel da ALADI tem sido o de buscar uma integração econômica ampla, múltipla e flexível entre os países latino-americanos. Seu sentido de existência permanece mediante a sua vocação em promover um esforço de confluência a longo prazo. Isso por meio de objetivos que se ajustam, não só às mudanças conjunturais, mas também, aos diferentes ritmos que estas transformações assumem em cada região e nação latino-americana.

A sua relevância para o Brasil e para os países do MERCOSUL, é a de ser um ponto de intersecção, diálogo e convergência com diversos países, blocos econômicos e mecanismos de integração na América Latina. O próprio Tratado de Assunção, reconhece a importância dessa mediação e faculta aos países membros da ALADI a possibilidade de aderir ao MERCOSUL, como projeto latino-americano de Integração.

Por ser uma Associação de preferências econômicas, principalmente de ordem tarifária, a ALADI tem sido capaz de promover, tanto acordos econômicos regionais amplos, quanto os que se firmam em assuntos comerciais específicos.

Um exemplo disto, foi acordo de complementação econômica nº55, celebrado em julho deste ano, entre o Brasil (MERCOSUL) e o México. Este estabelece o tratamento preferencial entre os dois

países, no comércio de ônibus e caminhões, bem como de suas principais partes e componentes. O acordo traça, inclusive, um cronograma para a liberalização progressiva de tarifas entre eles, a fim de atingirem o livre comércio destes produtos até 2023.

## **Fundação Podemos: Como o senhor compreende os fenômenos de integração no combate à pandemia que o mundo enfrenta? Teriam sido eles bons mecanismos de coordenação entre os países? Eles tiveram algum papel relevante no combate?**

Os fenômenos mais amplos de integração, articulação e governança global, como é o caso da ONU e da própria OMS, foram vitais na identificação do surto, na determinação de sua capacidade de transmissão no planeta, bem como na coordenação das primeiras ações internacionais de combate à Covid-19. Porém, estes mecanismos estão sendo levados ao limite de sua capacidade de gestão de crises, mediante o grande desafio posto pelo enfrentamento da pandemia no mundo.

Apesar dos esforços inegavelmente relevantes destas organizações, na coordenação e alinhamento das ações de enfrentamento da pandemia, as fragilidades dos seus mecanismos ficaram evidentes. Isto, em função, sobretudo, da sua própria natureza organizacional voluntarista, bem como do fato da implementação de suas recomendações dependerem, para o bem e para o mal, das conjunturas políticas locais.



Tais conjunturas, por vezes, conformaram cenários políticos difusos, reativos, negacionistas e polarizados, em várias nações e regiões importantes do mundo. Isso retardou o combate a pandemia e dificultou o processo de convergência em algumas regiões, principalmente no início das recomendações de medidas preventivas para o combate a Covid-19.

Assim, como declarou o atual secretário-geral da ONU, António Guterres, no artigo “Um alerta global” publicado no jornal Folha de São Paulo no dia 9 de julho de 2020, acreditamos que o momento requer, nas palavras do secretário, “unidade e solidariedade” entre os povos, assim como o desenvolvimento de “mecanismos mais robustos de governança global e cooperação internacional”. Para isso é preciso renovar o multilateralismo e seus mecanismos de integração e coordenação, tornando-os mais “inclusivos” e capazes de atuar “em rede”.

### **Fundação Podemos: A América do Sul tem passado por diversas crises, como, por exemplo, do grande fluxo de refugiados venezuelanos e haitianos. O senhor acha que a OEA e outros blocos de integração tiveram um papel positivo no enfrentamento dessas crises?**

Tanto a OEA, quanto outros mecanismos de integração, como a ONU, por meio da sua Agência para Refugiados (ACNUR), foram essenciais, não só no diagnóstico, mas também na coordenação das ações de enfrentamento as crises que envolveram

grandes fluxos populacionais de migrantes e refugiados na América do Sul e no Caribe nos últimos anos.

Não há como compreender ou traçar estratégias eficazes para o enfrentamento das modernas crises de refugiados e migrantes internacionais no mundo, de maneira isolada. Estes fenômenos podem até possuir, inicialmente, uma natureza nacional, mas as consequências, assim como a resolução dos problemas que decorrem deles, são, inevitavelmente, globais. Tais crises apenas se agravam mediante o endurecimento das fronteiras, da implementação de políticas antiimigratorias e de manifestações xenófobas por parte dos cidadãos e governos nacionais.

A OEA e outros blocos de integração, tiveram papel extremamente positivo no enfrentamento dessas crises. Estes foram essenciais na mediação da entrada e do trânsito de imigrantes e refugiados no interior da América do Sul e do Caribe, contribuindo com a distribuição e com a interiorização destes cidadãos em cada região, bem como na garantia de seus direitos fundamentais e conquista progressiva da cidadania.

Devemos destacar que o papel destas instituições não foi apenas conjuntural, as ações e medidas tomadas em tempos de crise, só foram possíveis, mediante a construção histórica de direitos na esfera do Direito Internacional, bem como pela sua assimilação no ordenamento jurídico dos Estados Nacionais, por meio da ratificação de convenções, protocolos e estatutos construídos no âmbito de instituições como a ACNUR.

Documentos como a Convenção das Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados de 1951, o Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados e, principalmente, a Declaração de Cartagena sobre os Refugiados de 1984, que se tornou um marco, ao incluir o conceito de refúgio por “graves violações de direitos humanos” no ordenamento regional.

Vale destacar que a Declaração de Cartagena foi amplamente celebrada, debatida e amplificada na Declaração de San José sobre Refugiados e Deslocados Internos em 1994, na Declaração e Plano de Ação do México para Fortalecer a Proteção Internacional de Refugiados na América Latina em 2004 e na Declaração e Plano de Ação do Brasil em 2014, no seu 30.º aniversário, celebrado em Brasília, no encontro denominado Cartagena +30.

A Declaração e Plano de Ação do Brasil de 2014, foi considerada mais um marco na proteção de refugiados, deslocados e apátridas na América Latina e no Caribe, ao estabelecer um plano comum de mensuração, avaliação e acompanhamento de resultados no tema. Processos altamente oportunos, se considerarmos os volumes dos fluxos de refugiados venezuelanos e haitianos que ocorreram nos anos seguintes.

**Fundação Podemos: Recentemente o governo comemorou avanços no acordo Mercosul-União Europeia. Você entende que o acordo, tal como foi inicialmente formalizado, pode representar vantagens comerciais para o Brasil?**

As vantagens comerciais para o setor agrícola brasileiro seriam consideráveis, não fosse a referida reação dos produtores europeus que, diferente dos setores ameaçados pelo acordo no Brasil, reforçaram o lobby junto aos parlamentos nacionais, para travar a sua aprovação em países como a França e a Holanda.

Vale citar que o parlamento holandês aprovou no último dia 3 de junho, uma monção contra o acordo, pois além da concorrência agrícola desleal, este documento aponta que o livre comércio Mercosul-União Europeia em tais termos, aumentaria ainda mais o desmatamento da floresta amazônica. Os produtores europeus, apontam principalmente, a disparidade entre as elevadas exigências das legislações de proteção ambiental nos países europeus e as exigências, que consideram mais baixas, na legislação brasileira, além de falhas na fiscalização ambiental e fraudes em questões sanitárias.

Pelo nosso lado, entendemos que, o acordo Mercosul-União Europeia, tal como foi inicialmente formalizado, coloca o setor industrial brasileiro em grandes dificuldades, principalmente na concorrência aberta com setores industriais altamente avançados e tecnologicamente superiores. Isso em países com economias mais dinâmicas, menos burocratizadas e oneradas pelo Estado. Não por acaso, a Alemanha é uma das maiores interessadas e defensoras da implementação do acordo.

Por fim, pensamos que inserção do Brasil em cadeias globais de livre comércio, ainda

depende do crescimento da sua atividade industrial, da diminuição do chamado custo Brasil, da manutenção de sua posição estratégica de liderança no interior do Mercosul e do conseqüente fortalecimento do bloco. O Brasil ainda precisa resolver alguns gargalos de sua capacidade produtiva, de suas condições fiscais e tributárias, para poder estar em condições de praticar o livre comércio com a União Europeia.

Nesse sentido, a pressão brasileira pela assinatura do acordo, também foi uma pressão pela execução acelerada de tais reformas, nos moldes desejados pela atual gestão.

**Fundação Podemos: Se o senhor fosse convidado a desenvolver um plano para o Brasil no contexto das integrações regionais, o que destacaria como mais importante de ser observado ou traçado?**

Destacamos a necessidade urgente de recuperarmos o protagonismo e a autonomia na condução de nossas relações internacionais e, por consequência, retomarmos a posição de liderança regional, por meio da capacidade de produzir consensos no sentido da integração e do fortalecimento estratégico da região. Seja pela via bilateral ou por meio de mecanismos multilaterais de integração, como o MERCOSUL, a ALADI ou mesmo o PROCOSUL, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul, pensado para ser o novo mecanismo de integração subcontinental no lugar da UNASUL.

O Brasil precisa superar, de uma vez por todas, as rusgas político-ideológicas, a polarização eleitoreira, o comportamento reativo e beligerante nas suas relações internacionais, principalmente com relação aos seus vizinhos. No momento em que atravessamos uma pandemia global, com milhares de infectados e mortos no mundo e nos países da região, já não interessa quem atirou a primeira ou a última pedra. A ocasião exige posturas responsáveis e conciliadoras, em favor do bem comum, este é o papel dos Estados e dos grandes estadistas.

## Biografia



### *Leandro da Silva Selari*

Sociólogo. Graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Especialista em Psicologia Política, Políticas Públicas e Movimentos Sociais pela Universidade de São Paulo (GPSIPOLIM - USP). Mestre em Mudança Social e Participação Política pela Universidade de São Paulo (PROMUSP - USP). Doutor em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM - USP), com período de seis meses no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE - CAPES) na Universidade de Salamanca (USAL) - Espanha e curso de formação complementar em Integração

Europeia na Universidade Internacional de Andalucia (UNIA) Espanha. Experiência multidisciplinar de pesquisa nas áreas da Sociologia, Migrações Internacionais, Direitos Humanos, Direito Internacional e Relações Internacionais. Atuou como Professor de Sociologia, Antropologia e Ciência Política na Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), bem como em outras instituições públicas e privadas de Ensino Superior e Médio. Atualmente é Professor do Instituto Federal Goiano, da Universidade Evangélica de Goiás (UniEvangélica) campus Ceres e da Faculdade Evangélica de Ceres.

